FRONTEIRAS
REVISTA DE HISTÓRIA
OPEN ACCESS
PPGH Programa de Pós-Graduação em História
DOI: https://doi.org/10.30612/frh.v27i50.20784

Entre a história social e a história ambiental: a exploração de salitre nos sertões da Capitania da Bahia, séculos XVII-XVIII

Between Social History and Environmental History: The Extraction of Saltpeter in the Hinterlands of the Captaincy of Bahia, 17th–18th Centuries

Entre la Historia Social y la Historia Ambiental: La Explotación de Salitre en los Sertones de la Capitanía de Bahía, Siglos XVII–XVIII

Hélida Conceição
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
helidas@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-1290-7358

Mailson Moreira dos Santos Gama
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
mailsongama50@gmail.com
https://orcid.org/0009-0005-4359-9687

CC BY NC SA

Resumo
Na Idade Moderna as monarquias europeias buscaram incessantemente encontrar fontes de recursos naturais nos territórios extraeuropeus. Neste contexto, o salitre assumiu papel central devido à importância para a produção de pólvora negra. Na capitania da Bahia a exploração desse mineral configurou-se como um expediente que mobilizou recursos técnicos e financeiros, oficiais régios, mão de obra escravizada e produção de informações socioecológicas que atendessem aos interesses bélicos e geopolíticos da Coroa portuguesa. A proposta deste artigo é demonstrar como o salitre é um objeto de estudo que localiza-se na confluência da História Social com a História Ambiental. Para tanto retomamos a análise das expedições de prospecção, a instalação de fábricas, as estratégias administrativas e os limites técnicos, ambientais e logísticos do empreendimento nos séculos XVII e XVIII**.** Dessa forma, o estudo do salitre evidencia as interações complexas entre sociedade e natureza que condicionaram as estratégias e possibilidades de aproveitamento desse mineral nos sertões da capitania da Bahia.

Palavras-chave: Império português, Capitania da Bahia, salitre, sertões, socioecologias.

Abstract
During the Early Modern period, European monarchies continuously sought to identify sources of natural resources in extra-European territories. In this context, saltpeter assumed a central role due to its importance in the production of black powder. In the captaincy of Bahia, the exploitation of this mineral became an enterprise that mobilized technical and financial resources, royal officials, enslaved labor, and the production of socio-environmental knowledge aimed at serving the military and geopolitical interests of the Portuguese Crown. This article seeks to demonstrate how saltpeter constitutes an object of study situated at the intersection of Social History and Environmental History. To this end, we revisit the analysis of prospecting expeditions, the establishment of factories, administrative strategies, and the technical, environmental, and logistical limitations of the enterprise during the seventeenth and eighteenth centuries. Thus, the study of saltpeter highlights the complex interactions between society and nature that shaped the strategies and possibilities for exploiting this mineral in the hinterlands of the captaincy of Bahia

Keywords: Portuguese Empire, Captaincy of Bahia, socio-ecological, saltpeter, backlands.

Resumen
En la Edad Moderna las monarquías europeas buscaron incesantemente encontrar fuentes de recursos naturales en los territorios extraeuropeos. En este contexto, el salitre asumió un papel central debido a su importancia para la producción de pólvora

BY NC SA

negra. En la capitanía de Bahía, la explotación de este mineral se configuró como una actividad que movilizó recursos técnicos y financieros, funcionarios reales, mano de obra esclavizada y la producción de conocimientos socioambientales destinados a atender los intereses bélicos y geopolíticos de la Corona portuguesa. La propuesta de este artículo es demostrar cómo el salitre constituye un objeto de estudio situado en la confluencia entre la Historia Social y la Historia Ambiental. Para ello, retomamos el análisis de las expediciones de prospección, la instalación de fábricas, las estrategias administrativas y los límites técnicos, ambientales y logísticos de esta empresa durante los siglos XVII y XVIII. De este modo, el estudio del salitre evidencia las complejas interacciones entre sociedad y naturaleza que condicionaron las estrategias y posibilidades de aprovechamiento de este mineral en los sertones de la capitanía de Bahía.

Palabras clave: Imperio portugués, capitanía de Bahía, salitre, sertones, recurso socio ecológico

1.Introdução

Durante a Idade Moderna a expansão ultramarina e as disputas internas estiveram diretamente associadas à necessidade das monarquias europeias de garantir o acesso a fontes de riqueza natural nos territórios extraeuropeus. Nesse sentido, o salitre destacou-se como um insumo de alta visibilidade em função da sua importância e valor bélico, configurando-se como recurso socioecológico estratégico para a produção de pólvora negra[1] e para a consequente defesa das praças subordinadas à Coroa portuguesa, nomeadamente no Estado do Brasil, no Reino de Angola e na Ilha de São Tomé. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, Portugal realizou diversas investidas em busca de minas de salitre e tentou viabilizar as melhores condições para a prospecção e o beneficiamento desse mineral, uma vez que sua

[1] A pólvora negra era composta por salitre, enxofre e carvão. O salitre era o elemento oxidante que determinava a combustão dos outros dois, devendo entrar, por conseguinte, em maior proporção. O carvão constituia a parte combustível, sendo tanto melhor quanto mais carbono contenha. Já o enxofre tinha a função conservar as pólvoras e regular a sua combustão, já que este mineral era combustível. Quintela *et al.*, 1995, p. 25.

BY NC SA

produção tendia a impulsionar a indústria bélica e impactar de forma positiva a economia portuguesa[2].

Nesse contexto, o salitre assumiu, para a Coroa portuguesa, a dupla condição de 'recurso estratégico' e 'problema logístico'. Em perspectiva global, o crescimento das guerras de grande escala e a consolidação do mercado indiano de salitre tornaram o mineral um bem essencial à produção de pólvora. Em escala imperial, as reformas pombalinas (a partir de 1750) e a falta de suprimentos bélicos intensificaram a busca por autonomia produtiva. Na Bahia, essas tensões traduziram-se em comissões, fábricas reais e nomeações administrativas, materializando-se em esforços condicionados tanto pela urgência militar quanto pelas limitações ambientais e econômicas das áreas de prospecção do salitre nos sertões do Estado do Brasil.

A exploração do salitre, ainda que de forma pontual, já foi mencionada pela historiografia clássica sobre a América portuguesa como um mineral estratégico, sobretudo em função de sua centralidade na produção de pólvora negra (Abreu, 1976; Prado Jr., 2011). Além disso, aparece mencionado em trabalhos ligados à interiorização aos sertões da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco (Santos, 2011). Apesar disso, o salitre permanece como um objeto de estudo ainda pouco explorado se tivermos em comparação os temas consolidados da historiografia sobre a Bahia colonial, tais como a economia açucareira, o tráfico transatlântico, a escravidão africana, a capitalidade da cidade de Salvador e suas elites, a administração colonial, dentre outros (Schwartz, 1992; Reis; 1992; Neves, 2005). Um dos poucos trabalhos recentes sobre o tema é a tese de doutorado de Daniele da Silva Ramos (2026) que analisou as conexões entre a exploração do salitre em meados do século XVIII com a ocupação fundiária promovida pela família do reinol Francisco Pereira de Barros. Ao realizar um vínculo das terras de sua propriedade à capela de Nossa Senhora da Madre de Deus, Pereira de Barros manteve as terras da fazenda Boa Vista indivisíveis

[2] O salitre não se restringia ao uso bélico, sendo também empregado em atividades mineradoras, especialmente na capitania de Minas Gerais. Em meados do século XVIII, seu uso em processos metalúrgicos, sobretudo na purificação do ouro, foi objeto de observações da ilustração luso-brasileira. Domenico Vandelli, nesse contexto, criticou o método empregado na Casa da Moeda do Brasil, no qual o salitre era utilizado como agente oxidante durante a fusão do ouro, produzindo reações explosivas que ocasionavam perdas significativas do metal (Ferraz, 1995).

BY NC SA

ao longo de várias gerações. A propriedade estava localizada na serra dos Montes Altos, região limítrofe entre a Bahia e as Minas Gerais e foi nas imediações dessa fazenda que se deram as prospecções de salitre na década de 1750. Assim, seu trabalho inova ao associar o empreendimento nitroso da coroa à história social da família no período colonial.

Este artigo, portanto, descreve as conjunturas, condições e reveses dessa exploração entre os anos de 1670 e 1765, destacando o modo como a luso-brasílicos e a Coroa portuguesa buscou articular interesses militares, econômicos e territoriais nos sertões baianos, como resposta às demandas imperiais de prospecção do salitre e produção de insumos bélicos. Neste artigo, a exploração do salitre organiza-se em dois períodos temporais. O primeiro compreende as décadas de 1670 a 1707, sendo marcado pelo descobrimento, confirmação e exploração de jazidas de salitre nas proximidades do Rio do Pacuí, afluente da bacia do Rio Salitre, na região conhecida como Jacobina velha. Esse marco inicial está intrinsecamente ligado ao processo de exploração e conquista das regiões adjacentes ao Rio de São Francisco. Nessa área, foram instaladas fábricas de refino de salitre durante o governo de D. João de Lencastre (1694-1702), D. Rodrigo da Costa (1702-1705) e, posteriormente, de Luís César de Meneses (1705-1710).

Em um segundo momento, a partir de meados do século XVIII, novas iniciativas ocorreram na região conhecida como Serra dos Montes Altos, caracterizadas por tentativas de experimentação e inovação voltadas ao aproveitamento do salitre. Entre 1755 e 1763, nos territórios conhecidos como Coqueiros e Cuyaté, foram erigidas duas fábricas de refino de salitre. Esse empreendimento destacou-se pela utilização predominante de funcionários régios, pelo envio de uma comissão régia para análise das terras salitrosas e pelo desenvolvimento de estratégias racionais de exploração[3].

[3] Neste artigo não abordamos os desdobramentos da exploração de salitre no final do século XVIII e início do XIX, uma vez que esse período configura uma conjuntura histórica distinta, marcada por transformações políticas, econômicas e culturais que ultrapassam o escopo da presente análise. Entre essas mudanças destacam-se os impactos do Iluminismo, que influenciaram a organização científica e administrativa das possessões coloniais, nomeadamente, a crescente institucionalização da ciência e das expedições filosóficas, que passaram a incorporar métodos mais sistemáticos de observação e mensuração. Essas mudanças implicaram novas dinâmicas de exploração, circulação e uso do salitre, que diferem qualitativamente das estratégias, dificuldades e limitações observadas ao longo do século

BY NC SA

A intenção deste estudo é discorrer sobre a história da exploração do salitre na Capitania da Bahia a partir das décadas finais do século XVII até meados do século XVIII, tratando-o para além de um simples insumo bélico ou econômico, de modo a analisá-lo historicamente como um recurso socioecológico cuja exploração articulou dimensões ambientais, sociais, técnicas, econômicas e políticas. Partimos do pressuposto de que o salitre não se tratou apenas de um mineral fornecido pela natureza, mas de um recurso que foi historicamente produzido a partir das relações sociais, dos interesses políticos e das práticas produtivas constituídas em uma sociedade pré-industrial (Polanyi, 1980), escravocrata, corporativa e alicerçada nos variados ecossistemas que influenciavam as contingências sociais das áreas de conquista colonial (Cabral, 2014).

Considera-se que o salitre pode ser um objeto de estudo que transita entre a História Social e a História Ambiental, uma vez que a compreensão das relações sociais e das estruturas de poder ligadas à sua exploração, bem como dos elementos do meio biofísico envolvidos, permite estimular novas indagações sobre os processos ecológicos, societários e as identidades culturais em interação com as dinâmicas econômicas e tecnológicas que marcaram a história moderna (Leef, 2005, p. 12).

Tal abordagem encontra respaldo em autores de referência na história ambiental, como os trabalhos desenvolvidos por Warren Dean (1996), José Augusto Pádua (2002), Diogo de Carvalho Cabral (2014) e Carolina Marota Capanema (2019), os quais demonstram como as relações entre exploração de recursos naturais e as dinâmicas sociais estiveram presentes na modernidade. Dessa forma, a perspectiva adotada propõe um entendimento mais holístico e dinâmico das interações humanas com o meio ambiente, não apenas considerando a técnica humana como uma força transformadora na exploração de recursos, mas também enfatiza a reciprocidade, na qual o meio ambiente, por sua vez, influência e condiciona os desenvolvimentos sociais e econômicos de determinada sociedade (Gama, 2025).

Para sustentar essa análise, foram utilizadas fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e da Biblioteca

XVIII, exigindo, portanto, uma análise específica e aprofundada que poderia extrapolar o objetivo deste artigo.

BY NC SA

Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). A documentação compulsada reúne cartas, provisões, consultas, mapas e correspondência entre autoridades régias e agentes coloniais. De forma complementar, utilizou-se memórias, manuais e relatórios de administradores coloniais, os quais oferecem descrições técnicas sobre o salitre e percepções sobre os experimentos realizados nos sertões baianos. Os documentos selecionados permitiram analisar a exploração do salitre nos sertões baianos em diferentes conjunturas, revelando tanto os interesses geopolíticos da Coroa portuguesa quanto às práticas e condições que estruturaram sua exploração.

2. O salitre como objeto de interesse das monarquias na Idade Moderna

O salitre, como é conhecido popularmente o nitrato de potássio, origina-se nas chamadas nitreiras (artificiais ou naturais), espalhadas por diversas partes do mundo e a história de sua exploração está intimamente ligada ao desenvolvimento bélico mundial (Gandolfi; Figueirôa, 2014, p. 281). A produção bioquímica do salitre ocorre naturalmente quando as bactérias consomem esterco animal, urina ou outra matéria orgânica em decomposição, produzindo ureia que outras espécies de bactérias oxidam em amônia, depois em nitritos e finalmente em nitratos (Dohoney, 2022, p. 551). Apenas alguns locais em todo o mundo possuem as condições climáticas adequadas para produzir salitre em abundância de forma natural, uma vez que tais condições requerem umidade e aridez ocorridos de forma sazonal.

Devido à escassez natural de salitre em grande parte do continente europeu, a maioria das nações europeias dispunham de três opções para garantir abastecimentos estáveis para as suas crescentes indústrias de pólvora: extraí-lo das escassas fontes nacionais disponíveis, importá-lo de nações estrangeiras ou criar centros de produção artificiais. Esses métodos artificiais surgiram na China no período Medieval, difundiu-se na Índia, na Pérsia e no Império Otomano e no início do século XV espalhou-se pela Europa por meio de mercadores venezianos que estabeleceram conexões com as populações no Mediterrâneo Oriental (Dohoney, 2022, p. 552).

BY NC SA

No século XVI, havia locais com tais características, como o Egito, o sudeste da Espanha, as costas mediterrânicas do Norte de África e do Médio Oriente, as províncias de Hubei, Hunan e Shandong, no nordeste da China, bem como Bihar e Bengala no nordeste da Índia (Dohoney, 2022, p. 551). A partir do início do século XVII, muitos estados europeus, principalmente portugueses, holandeses e ingleses, mas também dinamarqueses, franceses e suecos, organizaram suas atividades comerciais para o Oriente e criaram companhias para fortalecer suas rotas comerciais.

A partir desse momento, o comércio e a exportação de salitre para a Europa cresceram consideravelmente. Contudo, no que diz respeito a Portugal, à medida que a expansão ultramarina se estendia por outros territórios, a produção interna de salitre tornou-se ineficiente e insuficiente para a produção de pólvora. A produção local de pólvora era uma atividade obrigatória, uma vez que a utilização do armamento pirobalístico dependia deste material (Jesus, 2021, p. 193). Como o reino de Portugal não possuía grandes fontes de salitre em suas terras na Península Ibérica, a Coroa passou a incentivar a busca e a exploração deste mineral em suas áreas de conquista (Mascarenhas, 2006, p. 188).

Para isso, foram erigidas pequenas casas da Pólvora nas mais variadas fortalezas portuguesas no Oriente, como por exemplo em Malaca, Ormuz, Calecute e Diu, o que demonstra a viabilidade da produção de pólvora a partir da combinação de carvão, salitre e enxofre (Jesus, 2021, p. 193). O carvão, em particular, era o elemento mais fácil de obter, haja vista a abundância de madeira disponível para esse fim, sobretudo na costa do Canará (APO-CR, f. 3, n.º 165, p. 495 apud Jesus, 2021, p. 194). Já o enxofre provinha quase exclusivamente do Golfo Pérsico, sendo adquirido em Ormuz e reencaminhado para Goa para posterior distribuição. Quanto ao salitre, resultante de um longo processo de extração e refino, era adquirido na própria península do Hindustão, principalmente no reino de Vijayanagar, onde as condições climáticas permitiam uma eficiente produção. Após isso, era refinado nas fortalezas portuguesas, como as de Goa, Cananor, Chaul e Tavanapatão (Jesus, 2021, p. 195).

Distante do reino português, o "Estado da Índia" necessitava criar as suas próprias redes de abastecimento dos componentes da pólvora. No Índico, o salitre era produzido predominantemente nas regiões de Gujarat, na costa de Coromandel

CC BY NC SA

e em Bihar. A partir de meados do século XVII, Bihar tornou-se praticamente o único fornecedor do mercado europeu, devido à sua qualidade superior, baixo preço e ao custo reduzido de transporte do mineral até o porto de Hugli[4]. Em contraste, o acesso ao salitre em outras áreas, como Bengala, era dificultado pelas tensões políticas na região, afetando tanto os portugueses quanto outros agentes europeus e autoridades locais (Prakash, 1988, p. 102).

No final da década de 1630, o viajante alemão Joseph Albrecht de Mandelslo descreveu a produção de salitre bruto na Índia. Seu relato foi traduzido para o inglês e publicado postumamente em Londres, em 1662. Nesse período, a Inglaterra já dependia significativamente do salitre proveniente da Índia, que havia se consolidado como o principal produtor e exportador mundial desse recurso (Jesus, 2021, p. 196). Em 1664, o primeiro ano em que os números das exportações de Bengala foram disponibilizados, os navios da Companhia das Índias Orientais levaram cerca de 589 toneladas de salitre para Londres. As importações médias anuais na década de 1670 situaram-se em 632 toneladas, aumentando para 733 toneladas na década seguinte e continuando a crescer cada vez mais nas décadas subsequentes (Cressy, 2011, p. 77).

Durante o século XVII, as nações europeias, ao perceberem o potencial militar do mineral, mobilizaram redes de comércio para além de suas fronteiras internas, ao mesmo tempo em que competiam em escala internacional para garantir o acesso a esse recurso vital às suas atividades bélicas. Isso pode ser observado em uma das últimas proclamações do Rei da Inglaterra Jaime II, em julho de 1689, na qual proibiu a exportação de salitre sem licença régia. Nessa proclamação, o salitre foi identificado como a chave para "a força da guerra" e reconhecido como necessidade absoluta "para a defesa e segurança deste reino" (Cressy, 2021, p. 155). Esse momento coincide com os conflitos travados contra Guilherme III, durante a chamada "Revolução Gloriosa" (1688-1689).

Em Portugal, foi somente a partir de 1640, no reinado de D. João IV, que houve uma maior ênfase na necessidade de produção e uso da pólvora, em

[4] As mais ricas jazidas ficavam em Singhia, Muzaffarpur, Darbhanga, Chapra, Dighwara e Dumir, no norte de Bihar. Havia outros centros de produção em Champaran, Hajipur, Saran e Tirhut. A produção anual de salitre em Bihar era de aproximadamente 226.000 maunds no final do século XVII. Antony, 2013, p. 271.

BY NC SA

consequência da Guerra da Restauração (1640-1668). Nos territórios coloniais, a supremacia bélica era necessária para fazer frente às disputas e defesa de áreas conquistadas, especialmente na organização de expedições e conflitos internos. Sob esse viés, foi durante os períodos mais conturbados por guerras na Europa que o reino português estimulou expedições mineralógicas com o objetivo de identificar fontes de salitre e de outros minerais nos sertões da América portuguesa.

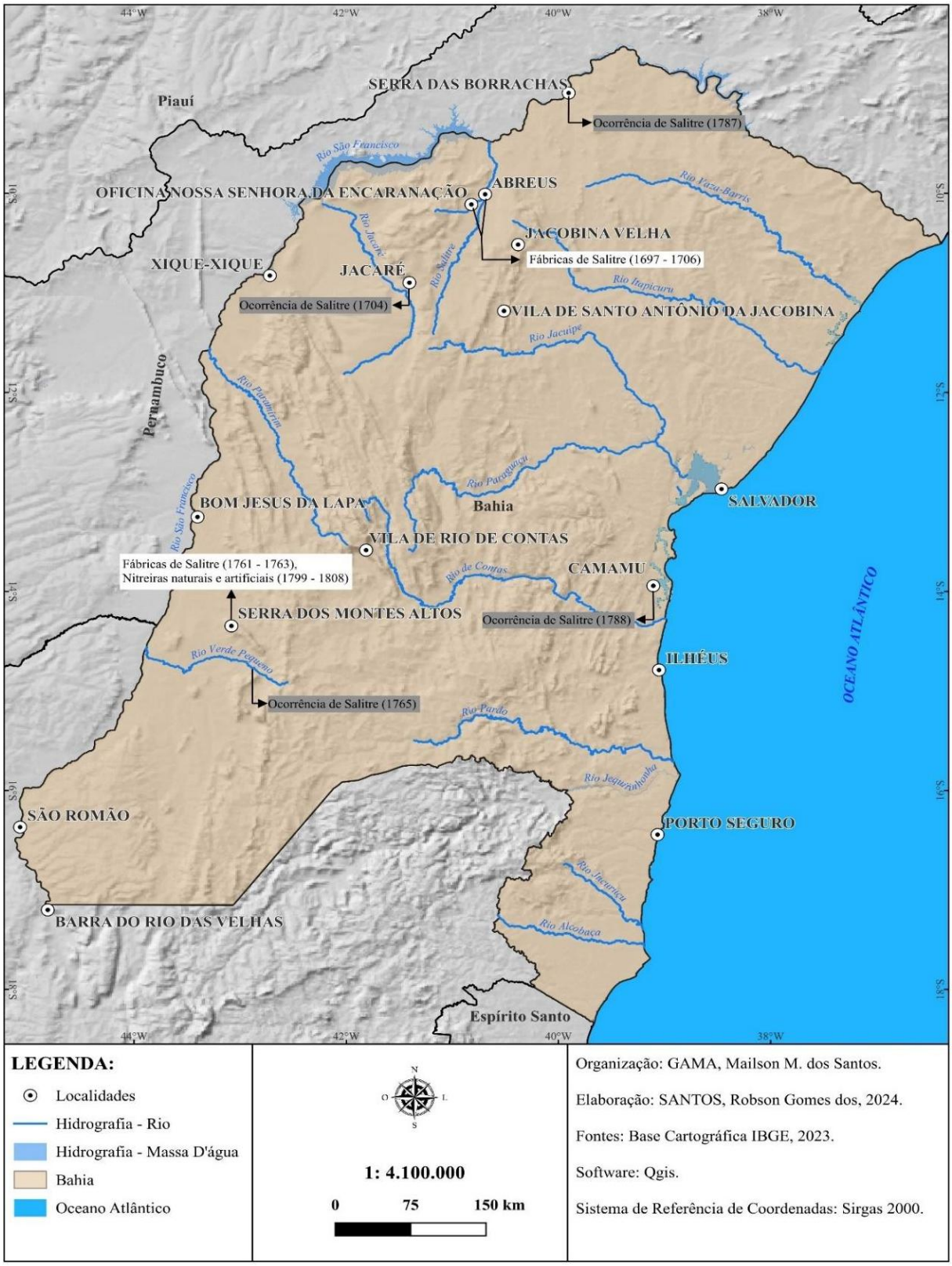
Na época moderna, o salitre era explorado sob um regime monopolista da Coroa, que visava controlar recursos naturais estratégicos para assegurar a segurança do império e evitar que a riqueza fosse desviada para potências estrangeiras. Nesse período, a exploração do salitre estava diretamente voltada para o fortalecimento das defesas do Brasil. Dessa maneira, a instalação de fábricas de salitre no território colonial, bem como a regulamentação da produção, demonstra que o salitre não era apenas um produto bélico, mas também um bem econômico de interesse régio.

No início do século XVII, registram-se as primeiras observações da abundância do salitre na América Portuguesa. Ao longo do século XVIII e início do século XIX, foram registradas ocorrências de salitre nos sertões das capitanias da Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais, o que demonstra a recorrência, ainda que descontínua, das iniciativas de prospecção e exploração desse recurso em territórios ultramarinos.

No caso da Capitania da Bahia, e para melhor compreensão da distribuição espacial dessas ocorrências e das unidades produtivas associadas, apresenta-se, na figura 1, o mapa das fábricas e ocorrências de salitre nos séculos XVII e XVIII, que evidencia a localização das áreas de extração e dos núcleos de beneficiamento do mineral nos sertões baianos. A espacialização dessas informações permite observar a concentração das ocorrências de salitre em áreas específicas do sertão baiano, prospectadas exaustivamente por indivíduos que conduziram exames detalhados e empreenderam esforços significativos para explorar e compreender as potencialidades do salitre. Vale ressaltar que a distribuição dessas áreas segue um padrão espacial, intimamente ligado tanto às condições naturais favoráveis à formação do salitre quanto à lógica de prospecção adotada pelos exploradores.

BY NC SA

Figura 1: Fábricas e ocorrências de Salitre na Capitania da Bahia (séculos XVII-XIX)



Fonte: GAMA, Mailson Moreira dos Santos; SANTOS, Robson Gomes dos. Fábricas e Ocorrências de Salitre na Capitania da Bahia (séculos XVII-XVIII). 2024. Baseado no mapa do Estado da Bahia. In: SAMPAIO, Theodoro. *O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio.* Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. Sertão baiano. In: SANTOS, Márcio Roberto dos; SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e fronteiras: conquista e ocupação do Sertão baiano.* São Paulo: Edusp, 2017.

BY NC SA

Alguns tratados mineralógicos produzidos nos finais do século XVIII e início do século XIX contribuem para a compreensão histórica da exploração desse mineral. O salitre era compreendido como um sal resultante da decomposição da matéria orgânica vegetal e animal, podendo, em condições favoráveis, formar eflorescências em determinados solos, o que explica o interesse despertado por esse recurso em diferentes contextos históricos. Essas eflorescências apareciam, em particular, em áreas geográficas caracterizadas por abundantes depósitos de matéria orgânica, clima quente e estações secas prolongadas e regulares (Quintela, 1995, p. 34). Nos escritos de José de Sá e Accioli o naturalista descreveu o salitre como:

> [...] hum sal neutro composto pelo acido nitroso que se forma na superfície da terra própria para o produzir nas cavas, lapas, alpendradas cobertas da chuva, onde existem as substâncias capazes de o fazerem aparecerem, contanto que o possa circular a massa da terra, onde ele se gera, cooperando muito para a sua formação hum certo gráo de humidade muito necessária (Accioli, 1845, p. 87).

A geologia local da região desempenhava um papel fundamental na identificação das ocorrências de salitre na América portuguesa, especialmente entre as capitanias de Minas Gerais e Bahia (Faria; Filgueiras, 2021, p. 520). Na Bahia, as características geológicas dos sertões das Jacobinas, próximo ao Rio de São Francisco e áreas adjacentes, mostraram-se particularmente propícias para a formação de nitratos e a constituição de reservas naturais de salitre. Essas paisagens possuíam solos alcalinos que favoreciam a decomposição e oxidação de material orgânico rico em nitrogênio, resultando na fixação de nitratos, como KNO_3, $NaNO_3$ ou $Ca(NO_3)_2$ (Faria, 2019, p. 26).

As características geológicas específicas e a presença de formações quartzíticas e calcárias em supergrupos geológicos, como a Serra do Espinhaço e o vale do São Francisco, despertaram a curiosidade de viajantes e exploradores interessados em fazer demarcações e reconhecimento das paisagens e dos recursos naturais passíveis de aproveitamento (Faria, 2019, p. 26). Esse foi, por exemplo, o caso da Serra dos Montes Altos, nos sertões limítrofes da Capitania da Bahia com

CC BY NC SA

Minas Gerais, onde se desenvolveram atividades de exploração de salitre em meados do século XVIII (Ramos, 2026).

Nesta área, os elementos geológicos e ambientais, aliados à presença de bases poderosas, como cal, magnésia e potássio, bem como condições climáticas ideais de temperatura e umidade, forneceram um ambiente propício para a formação de jazidas de salitre. Outrossim, a ocorrência do mineral não apenas condicionou, mas também orientou as estratégias dos agentes coloniais ao longo da Idade Moderna, os quais persistiram em seu interesse pela prospecção e exploração desse recurso.

Na modernidade não havia uma consciência sistematizada sobre a conservação e sustentabilidade ambiental, de modo que as intervenções antrópicas no meio ambiente produziram impactos locais que incidiam sobre a disponibilidade de recursos, mas também que alteravam as lógicas de subsistência das populações nativas. Ainda que seja difícil mensurar, com precisão, a extensão desses impactos no período colonial, pode-se afirmar que, no caso da exploração de salitre, particularmente no que se refere à paisagem, as alterações nas feições geomorfológicas, na hidrografia, com a supressão da vegetação, juntamente com o assoreamento dos cursos d'água, configuram alguns dos efeitos mais recorrentes associados às práticas de extração mineral (Guimarães; Fernandes de Morais, 2018, p. 86). Os vestígios arqueológicos dessas atividades, por sua vez, oferecem uma visão da grande capacidade que os mineradores setecentistas tinham de intervir no ambiente local (Guimarães; Fernandes De Morais, 2018, p. 86).

A próxima seção analisa as primeiras investidas voltadas à edificação de uma fábrica de salitre nos sertões da Capitania da Bahia, nas décadas finais do século XVII, evidenciando as condições, limites e estratégias que marcaram as iniciativas iniciais de exploração do recurso na região.

CC BY NC SA

3. A exploração de salitre nos sertões da Bahia (1670-1707): recursos, conflitos e estratégias coloniais

Desde o século XVI a Coroa incentivou os súditos a realizar expedições aos sertões da América portuguesa para tentar obter fontes de metais preciosos, sobretudo ouro e prata, de modo a dinamizar a sua economia frente à crise geral pela qual passava o reino de Portugal após o fim da união ibérica (1580-1640). As buscas por minerais afiguravam-se como um investimento vantajoso, tanto para os súditos ávidos por recompensas, como para o governo do Estado do Brasil, interessado em consolidar a conquista territorial (Conceição, 2018; 2024).

As primeiras observações da existência de minas de salitre na Capitania da Bahia remontam a uma carta enviada pelo rei em 23 de março de 1589 na qual ordenava que o governador Francisco Giraldes providenciasse a extração desse mineral para a fabricação de pólvora. Gabriel Soares de Souza ao escrever o *Tratado Descritivo do Brasil* também fez menção, com um certo tom de exagero, à abundante ocorrência desse mineral encontrado em serras durante sua longa expedição aos sertões da Bahia. Gabriel Soares destacou que a necessidade de garantir a produção de pólvora para abastecer e municiar as atividades bélicas era questão geopolítica da mais alta importância, pois norteava a busca por reservas de salitre nos territórios extraeuropeus.

> "tem muitas serras que não tem outra cousa senão salitre, o qual está em pedra alvíssima sobre a terra, tão fino que assim pega o fogo dele como de pólvora mui refinada. Pelo que se pode fazer na Bahia tanta quantidade dela que se possa dela trazer tanta para a Hespanha, com que se forneçam todos os estados de que S. Magestade é rei e senhor, sem esperar que lhe venha de Alemanha, nem de outras partes, donde trazem este salitre com tanta despesa e trabalho, do que se deve fazer muita conta" (Souza, 1851 [1587], p. 326).

Em 1609 a famosa expedição de Belquior Dias Moreia, o Moribeca, confirmou a existência de terras salitradas (Calmon, 1950, p. 71-76). Contudo, a exploração do salitre somente se iniciou na década de 1670, quando o governo geral do Estado do Brasil confirmou as notícias sobre a existência de minas salitrosas nos

CC BY NC SA

sertões do Rio de São Francisco, nomeadamente na região do Rio Salitre. Precisamente nesse mesmo ano, o capitão-mor do Rio de São Francisco, João Vieira de Moraes, após encontrar entre os despojos que os indígenas lhes trouxeram "uns canudos de salitre", ordenou a realização de averiguações sobre a existência de minas que pudessem ser aproveitadas em serviço da coroa (BNRJ, vol. 87, 1938, p. 79).

Durante as décadas de 1670 e 1680 as expedições de prospecção de salitre foram organizadas, em grande medida, como empreendimentos de caráter militar, envolvendo investimentos significativos e o engajamento de homens interessados em prestar serviços à Coroa. Esse foi um período particularmente conflituoso para Portugal, tanto no reino quanto nos domínios ultramarinos. No reino, havia os rescaldos da crise após a guerra da Restauração que havia fragilizado a economia interna, além dos custos com as forças militares mobilizadas para assegurar territórios limítrofes com a Espanha. Na América portuguesa, também se vivia período de fragilidade e instabilidade em virtude das diversas frentes de guerra que envolviam colonos e indígenas nos sertões do nordeste o que colocava em causa a conquista territorial (Santos, 2017).

Na Bahia as expedições de prospecção mineral avançaram em direção ao norte, sobretudo para os sertões do Rio de São Francisco e da bacia do rio Salitre. A presença de aldeamentos indígenas na região, alguns administrados por missionários, outros sob controle de particulares, ampliava as possibilidades de mobilização da mão de obra indígena, fundamental para as expedições de prospecção do salitre. Contudo, é importante mencionar que os indígenas, de etnias diversas, certamente resistiram à submissão, reagindo com violência onde, quando e como puderam, apesar do estatuto de subalternidade imputado pela colonização (Cardim, 2019).

Em 1678 a Fazenda Real passou a investir recursos no financiamento de uma expedição oficial com polvoristas profissionais que pudessem dar um veredicto sobre as reais possibilidades de usufruto do salitre (BNRJ, vol. 31, 1936, p. 97). Desta forma, foi expedida uma Portaria para que o Provedor-mor autorizasse o tesoureiro a entregar aos ajudantes Antônio de Mattos e Braz Pires cem mil réis do dinheiro da

BY NC SA

dízima para se comprar resgates dos indígenas[5] e selas para os cavalos que iriam ser usados pelos capitães, polvoristas e missionários que acompanhariam a jornada até as minas de salitre (BNRJ, vol. 31, 1936, p. 97).

No que pese a participação da Casa dos Ávilas na exploração do salitre, essa atividade manteve-se como um empreendimento de interesse da Fazenda Real. Na década de 1690, especialmente no governo de D. João de Lencastre, homens proeminentes como Guedes de Brito e os coronéis Garcia D'Ávila e Pedro Barbosa Leal estiveram comprometidos com as averiguações, refino e transporte do salitre até o porto de Salvador. O engajamento destes indivíduos no negócio do salitre não foi aleatório, mas releva a articulação entre vassalos poderosos e a Coroa portuguesa, que buscavam associar-se em oportunidades de exploração e investimento nas terras do sertão (Conceição, 2020).

O salitre não foi o único recurso passível de ser explorado pela Coroa nos sertões do São Francisco na transição do século XVII para o XVIII. A leitura da documentação sobre a exploração do salitre nessa região sugere que, apesar da centralidade desse mineral para a produção da pólvora, havia também o interesse da administração colonial nas tentativas de controle e contenção dos grupos indígenas presentes naquele território. O apaziguamento de disputas entre colonos e populações indígenas era um expediente fundamental para que os primeiros conseguissem criar zonas de influência que resultassem no agenciamento da mão de obra nativa. Além disso, a construção de alianças com os nativos era determinante para assegurar rotas e caminhos, bem como ampliar o leque de conhecimento sobre os recursos naturais presentes nos territórios dos sertões da Bahia.

Na década de 1690 a existência das minas de salitre já era uma realidade e, em 1694, o rei ordenou a D. João de Lencastre, então governador geral do Estado do Brasil, que enviasse a Lisboa toda a quantidade de salitre que se achasse no sertão da Bahia, já que era *grande a falta de pólvora neste reino, e o preço dela mui subido em toda a Europa, a respeito das guerras, com que se acha* (AUC, Doc. 47, 1694, p. 24-25).

[5] No contexto colonial, o termo "resgate" designava a aquisição de indígenas, frequentemente em condição de cativeiro, mediante troca ou pagamento, prática que buscava legitimar juridicamente sua incorporação ao trabalho colonial.

BY NC SA

A expedição que levou D. João de Lencastre ao sertão de Itabaiana, em busca de minas de salitre, foi armada pelo coronel e sertanista Pedro Barbosa Leal e contou com mais de 60 indígenas, 12 homens brancos e 14 escravos que os acompanharam ao longo de 9 meses e 18 dias de viagem (ANTT, Mercês de D. Pedro II, liv. 15, p. 314).

A expressiva presença indígena nessa expedição comprova a centralidade desses grupos nas dinâmicas de exploração do território colonial. Para além de sua participação numérica, os indígenas desempenhavam funções estratégicas fundamentais, provavelmente atuando como guias nos sertões, conhecedores das rotas e dos recursos naturais, além de exercerem atividades como transporte de cargas, abertura de caminhos e apoio logístico às tropas. Em muitos casos, também eram responsáveis pela mediação com outros grupos indígenas, o que era decisivo para a segurança e viabilidade das expedições.

Além dessas funções a atuação indígena também se inseria no campo militar. Conforme destacou Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1994), o uso de indígenas aldeados como combatentes tornou-se uma prática cada vez mais comum na América portuguesa, sendo inclusive autorizado aos capitães-mores o treinamento militar desses grupos e o fornecimento de armas de fogo. Dessa forma, a prospecção de salitre nos sertões baianos dependia, em certa medida, dos saberes indígenas e de sua capacidade de adaptação às condições ambientais locais. De fato, a expansão colonial não se fez apenas por iniciativa europeia, mas por meio de relações complexas de cooperação, coerção e dependência em relação às populações nativas.

As dificuldades enfrentadas ao longo da jornada ajudam a dimensionar concretamente essa dependência**,** especialmente diante das condições adversas dos sertões (Holanda, [1956] 1994). Durante a expedição, Leal percorreu *mais de 539 léguas de sertões extremamente ásperos, despovoados e inabitáveis, sofrendo muitas fomes e sedes*. Enfrentou grandes desafios: 28 de seus cavalos morreram e o coronel, condutor da expedição, adoeceu gravemente. Apesar disso, Leal persistiu nas buscas. Ao retornar à Cidade da Bahia, aguçou o interesse do governador-geral do Estado do Brasil, D. João de Lencastre, que decidiu organizar novas expedições às jazidas de salitre. Lencastre participou pessoalmente dessas expedições, incumbido diretamente pelo Rei de Portugal, D. Pedro II. Em uma carta, o Rei ordenou:

BY NC SA

> Remetendo-me as informações com toda a clareza, e individuação, para que eu resolva o que for mais conveniente a meu serviço, e se deve ou não assentarse fábrica naquele sitio, e o que para esse efeito será necessário, ou será de maior conveniência contratar-se com alguma pessoa particular; e por que é grande a falta de pólvora neste reino, e o preço dela mui subido em toda a Europa, a respeito das guerras, com que se acha, vos encomendo muito que sendo o mineral da qualidade da terra, de que se mandarão as amostras, façais vir nos navios do comboio, e frota a maior quantidade, que for possível tirarse (AUC, Doc. 47, 1694, p. 24-25).

Em 1697 após a bem-sucedida expedição, foram instaladas fábricas no interior baiano, nas extremidades do Rio Pacuí, afluente do rio Salitre. Pedro Barbosa Leal foi nomeado administrador dessas fábricas[6] com provisão de 150 mil réis por ano (BNRJ, vol. 57, 1942, p. 331) e permaneceu como administrador até o ano 1703, quando o posto foi assumido por Antônio de Almeida Velho. Luís Antunes e Gaspar dos Reis foram providos como fabricantes e receberiam pagamento diário de cinco tostões (500 réis), enquanto Vicente de Pina receberia 400 réis diários, ambos a partir de sua chegada à Bahia (BNRJ, vol. 82, 1949, p. 168).

Posteriormente, D. Rodrigo da Costa (1702-1705), sucessor de Lencastre, deu continuidade à fábrica de salitre e estabeleceu também uma fábrica de pólvora em um sítio adjacente à Fortaleza de São Pedro (Accioli, vol. 2, 1925, p. 150-151). Embora haja menção ao uso de salitre purificado dos sertões baianos na casa de pólvora, os detalhes sobre essa utilização são bastante limitados e até 1703 não havia sido utilizado mais de trinta surrões desse mineral (AHU, Bahia Avulsos, cx. 4, doc. 360), o que indica o baixo rendimento da produção local. Uma consulta ao Conselho Ultramarino realizada durante o governo de Luís César de Meneses, destacou que as fábricas de salitre na Bahia, mesmo após um período de funcionamento, apresentavam pouca utilidade e geravam custos elevados (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 171), não apresentando rentabilidade à coroa.

[6] Nas décadas anteriores à expedição armada por Pedro Barbosa Leal a proposta da coroa era chamar Antônio Guedes de Brito para administrar e fazer o entabulamento das minas de salitre. Guedes de Brito, era dado como o mais indicado por conta do seu cabedal e inteligência. Entretanto, Antônio Guedes de Brito remeteu uma carta ao governador Afonso Furtado do Castro do Rio de Mendonça demonstrando seu desinteresse na administração e contrato das minas de salitre. BNRJ, Vol. 67, 1945, p. 234.

CC BY NC SA

Os trabalhos dos indígenas aldeados, pertencentes sobretudo aos grupos étnicos Payayá, Sapoiá, Secaquerinhens e Cacherinhens (Santos, 2011, p. 78) foram cruciais para o empreendimento do salitre, sobretudo na averiguação e transporte do material. No caso do salitre, ainda que houvesse eventuais estratégias de alianças e acordos entre portugueses e populações indígenas, a mobilização dessa mão de obra esteve longe de ocorrer de forma pacífica, sendo marcada por conflitos, resistências e tensões entre diferentes agentes coloniais.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pela administração das fábricas de salitre dizia respeito à mobilização da mão de obra indígena, marcada por diferentes formas de resistência. No plano institucional, os missionários frequentemente se opunham à cessão de indígenas para o trabalho nas oficinas, o que gerou conflitos diretos com as autoridades coloniais. Em 1705, por exemplo, D. Rodrigo da Costa escreveu aos franciscanos Lourenço de Jesus e Manuel de Barros de Affonseca exigindo a entrega de indígenas ao administrador Antônio de Almeida Velho (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 21; p. 75). Situação semelhante ocorreu em 1706, quando Frei Luís da Penha, do aldeamento do Sahy, e o capitão-mor Paulo Gonçalves, administrador da aldeia dos Payayá, foram notificados por se recusarem a fornecer indígenas para o trabalho do salitre (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 171).

Essa resistência missionária estava relacionada não apenas à disputa pelo controle da mão de obra, mas também à preservação das atividades de catequese e à proteção das populações aldeadas, frequentemente comprometidas pelas exigências econômicas da Coroa. No entanto, as motivações dos religiosos não devem ser confundidas com as formas de resistência dos próprios indígenas. Estes enfrentavam condições de trabalho marcadas pela ausência de pagamento, exploração excessiva e recorrentes abusos físicos e morais, o que os colocava em situações de extrema vulnerabilidade (Puntoni, 2000, p. 33).

As fontes também indicam práticas de violência sexual contra mulheres indígenas. Em 1704, o governador-geral informou que oficiais e trabalhadores das fábricas faziam "mal usos" das indígenas retiradas das aldeias para os trabalhos no salitre (BNRJ, vol. 40, 1938, p. 170), levando à proibição expressa de que os oficiais "não vão e não mandem buscar índia alguma das aldeias, seja moça ou velha" (BNRJ,

BY NC SA

vol. 41, 1938, p. 172). Tais práticas evidenciam que a resistência indígena não se limitava a recusas explícitas, mas incluía também estratégias de evasão e recusa indireta, o que ajuda a explicar, por exemplo, a orientação para que os trabalhadores levassem suas mulheres e filhos às oficinas, como forma de evitar ausências e fugas (BNRJ, vol. 41, 1938, p. 127).

Em suma, o empreendimento salitroso durou menos de dez anos e não se encontrou registros claros da quantidade de salitre beneficiados nas oficinas; a produção foi, ao que tudo indica, exígua e não atendeu às necessidades da administração colonial. Amaral Lapa já havia destacado que o salitre das minas do sertão baiano era insuficiente para atender à demanda de pólvora de todo o Estado do Brasil, Angola e São Tomé (Lapa, 1968, p. 281). Assim, mesmo com a instalação das fábricas de salitre na Bahia, a Coroa portuguesa permaneceu dependente das importações provenientes de Goa para complementar a produção local e atender à demanda das casas de pólvora.

Alguns fatores foram decisivos para o insucesso desse empreendimento, dentre os quais se destacam as dificuldades de transporte do salitre do sertão baiano até a cidade de Salvador, a escassez e precarização da mão de obra e, sobretudo, os altos custos para a Fazenda Real. As condições de transporte do mineral foram particularmente problemáticas, uma vez que sua ocorrência natural dependia de ambientes que evitassem a dissolução pela água, dada a alta solubilidade do salitre (Piva; Filgueiras, 2008, p. 930). Assim, a exposição a chuvas ou travessias alagadas poderiam comprometer integralmente o material transportado (Faria, 2019, p. 32).

A experiência da instalação das fábricas de salitre nos sertões do Rio de São Francisco, no que pese a curta duração do experimento, demonstrou que o mineral foi um recurso socioecológico que provocou transformações na paisagem local. Em primeiro lugar, porque contribuiu para a abertura de caminhos que conectavam a cidade de Salvador ao interior da capitania**,** chamando a atenção da Coroa portuguesa para as oportunidades de riquezas na exploração de áreas não dominadas pelos colonos, mas que apresentavam especificidades geológicas e recursos especialmente atraentes para o governo do Estado do Brasil.

CC BY NC SA

É importante mencionar que concomitantemente às explorações baianas, circulavam notícias sobre a existência de salitre na Capitania de Pernambuco, na região conhecida como Campos do Buíque. Carmen Lúcia Lins Cavalcanti (1999) aponta que algumas tentativas de exploração foram efetivadas, mas os elevados custos, tanto materiais quanto humanos e o preço excessivo do quintal do salitre tornaram o empreendimento inviável. Apesar dessas menções, a exploração de salitre em Pernambuco permanece pouco estudada, indicando a necessidade de pesquisas mais detalhadas sobre a magnitude, organização e impacto desses esforços na capitania ou até mesmo em perspectiva comparada com a Bahia.

No período entre o final do século XVII e o início do XVIII, a exploração do salitre não se limitou à extração do mineral, mas foi uma estratégia que envolveu a confluência de interesses entre sertanistas, autoridades coloniais e elites locais, todos de alguma forma engajados na prestação de serviços e na exploração de um recurso socioecológico que cumpria a finalidade de reforçar o aparato bélico do Império português. Do ponto de vista do impacto local, as expedições militares e a instalação da fábrica do salitre alterou a lógica que regia as relações entre luso-brasilicos e nativos, pois os administradores da fábrica recrutaram compulsoriamente mão de obra indígena nos territórios adjacentes à Bacia do Rio Salitre.

Por fim, as dificuldades no transporte e a necessidade de estudos que viabilizassem de forma estratégica o beneficiamento do salitre, postergaram por décadas novas tentativas de obter o mineral. Em meados do século XVIII, após o impacto do terremoto de Lisboa, a Coroa retomou os estudos sobre o salitre, através do empenho de novas estratégias de exploração, visando naquelas circunstâncias uma oportunidade para reduzir a dependência de importações, sobretudo de mercados estrangeiros e ampliar a autonomia econômica e militar frente aos tratados diplomáticos e às conjunturas globais vigentes.

CC BY NC SA

4. O salitre nas Serras dos Montes Altos (1755-1763): prospecção, estudos mineralógicos e ofícios.

Na Capitania da Bahia a necessidade de salitre era evidente, uma vez que a escassez de pólvora negra se tornou um problema recorrente, mencionado de forma reiterada na comunicação política da Coroa portuguesa com os oficiais régios do governo geral do Estado do Brasil. Desde 1751, Luís Pedro Peregrino Carvalho de Meneses e Ataíde, o 10° Conde de Atouguia, notificava ao Rei sobre a necessidade urgente de pólvora para a defesa da capitania (AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 108, Doc. 8474/Cx. 113, Doc. 8838) e ao longo de toda a década de 1750 essas advertências se mantiveram constantes. Tal conjuntura evidenciava a dependência da Bahia em relação ao salitre importado, mas também a necessidade de estratégias efetivas para garantir a autonomia militar e econômica da capital do império na América Lusa.

Durante o governo do vice-rei Marcos José de Noronha e Britto (1755-1760), 6° Conde dos Arcos, abriu-se uma nova oportunidade para a prospecção de salitre na Bahia, impulsionada por um cenário global diferente do que se tinha no início do século XVIII. Em 1757, a Coroa portuguesa perdeu o domínio da exploração desse nitrato nas possessões asiáticas em decorrência à vitória britânica na Batalha de Plassey (1757), permitindo à Companhia das Índias Orientais controlar cerca de 70% da produção mundial de salitre (Pandey, 2018; Cressy, 2013). Esse domínio permitiu aos britânicos ter um papel central no suprimento de pólvora negra não apenas para suas próprias necessidades militares, mas também para outras potências europeias. Além dos fornecimentos indianos, pequenas quantidades de salitre também chegavam à Grã-Bretanha, provenientes da Rússia, do Báltico e do Norte de África.

O domínio estabelecido pela Companhia Britânica das Índias Orientais teve consequências significativas e duradouras, uma vez que as redes comerciais da companhia não se limitaram apenas ao suprimento de salitre, mas se estendeu a outras áreas dos circuitos coloniais, como o de tecidos entre a Ásia, Moçambique, Luanda e Lisboa (Bezerra, 2023, p. 130). Desse modo, múltiplos fatores, tanto internos quanto externos, provenientes de diferentes escalas, que variam desde o

CC BY NC SA

local até o imperial, desempenharam um papel significativo na influência e na dinâmica luso-brasileira.

As políticas pombalinas, por exemplo, atendiam ao objetivo principal, ainda que não exclusivo, de delimitar, defender e preservar as fronteiras em disputas com os espanhóis, com o fito de fortalecer as defesas militares limítrofes do Estado do Brasil contra possíveis agressões externas (Gonçalves, 2010, p. 50). Para além desse aspecto militar, o interesse na exploração do salitre também estava vinculado à própria dinâmica política das monarquias Ibéricas que atuavam na expansão e manutenção das fronteiras estabelecidas no acordo diplomático do Tratado de Madri, nomeadamente nas áreas disputadas entre portugueses e espanhóis no Estado do Grão Pará e Maranhão (Melo, 2024). Portanto, a busca pela autossuficiência na produção deste mineral poderia tornar Portugal independente do comércio com os mercados asiáticos e holandeses. Assim, em meados do século XVIII, o caráter do salitre como recurso socioecológico estratégico tornou-se ainda mais evidente, especialmente no âmbito das políticas de defesa e da manutenção das fronteiras ocidentais da América portuguesa.

Em 1755 foram descobertos depósitos de salitre na Serra dos Montes Altos, o que coincidia com interesses militares, políticos e econômicos do Reino de Portugal, que buscava enfrentar os reveses recentes e ampliar sua autonomia estratégica (Peres, 1952, p. 207-216). Na Capitania da Bahia, este período foi marcado por grande atividade de averiguações nas Serras dos Montes Altos, local de onde foram enviadas inúmeras cartas, documentos cartográficos e prescrições acerca das vantagens de reativar a exploração do salitre nos sertões baianos (Ramos, 2026).

No ano 1756 o mestre de campo das Minas Novas de Araçuaí, Pedro Leolino Mariz, enviou amostras de salitre para Lisboa com o intuito de comprovar a ocorrência e qualidade do mineral na dita Serra. A iniciativa de Pedro Leolino Mariz aguçou mais uma vez o interesse da coroa, que designou homens práticos do sertão para definir estratégias utilizadas para a exploração do mineral e os recursos necessários para a implantação das fábricas de refino nas Serras dos Montes Altos localizadas entre o Rio de São Francisco e o Rio Verde já na fronteira entre a Bahia e Minas Gerais (Rodrigues, 2020; Pereira, 2026). Nestas circunstâncias a atividade de

BY NC SA

verificação *in loco* era um expediente imprescindível para a produção do conhecimento necessário para otimizar todo o processo, desde a extração do salitre até o seu beneficiamento e transporte para as fábricas de pólvora até a cidade de Salvador.

Em 1757 o Vice-Rei Conde dos Arcos, nomeou uma comissão para realizar a averiguação do mineral. Contudo, após um evento climático que resultou no aumento do volume das águas no Rio São Francisco, os exames nas referidas serras foram adiados para o ano seguinte (AHU, Avulsos, Cx. 135, Doc. 10452). A comissão foi composta pelo desembargador João Pedro Henriques da Silva, o sargento-mor Engenheiro Manuel Cardoso Saldanha, o tenente da Infantaria Francisco da Cunha de Araújo, os quais foram acompanhados pelo mestre de campo e sertanista Pedro Leolino Mariz. A comitiva tinha como missão executar os exames e todas as demais investigações acerca do salitre. Em ofício enviado a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, o Vice-Rei Conde dos Arcos informou:

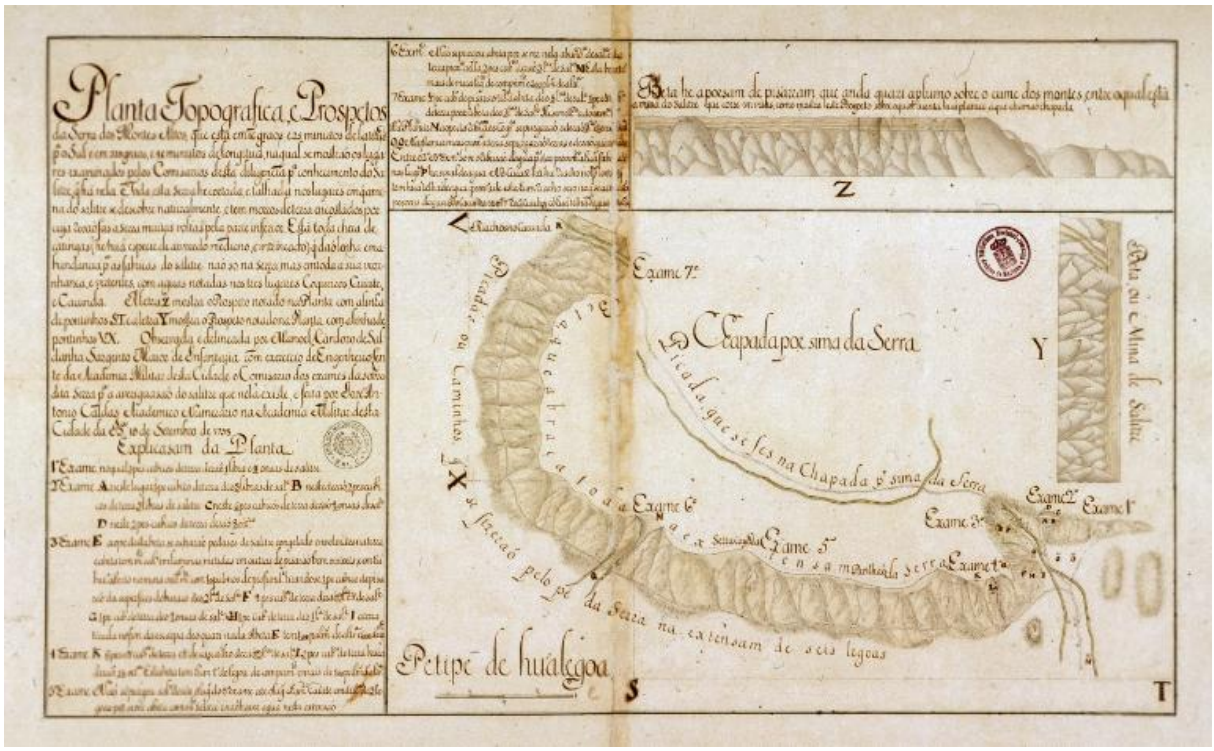
> Em cartas de 19 e 24 de maio deste presente ano avisei a v. exa. que tinham saído desta cidade o Desembargador João Pedro Henriques da Silva, o Sargento mór Engenheiro Manuel Cardoso de Saldanha e o Thenente de Infantaria Francisco da Cunha de Araújo, a incorpora-se com o Mestre de Campo Pedro Leolino Mariz que na Capela de N. Snrª. da Madre de Deos pouco distante da Serra dos Montes Altos os havia estar esperando, para todos juntos entrarem na mesma serra a dar execução dos exames e todas as mais averiguações que v. exa. ensinava na sua carta de 7 de maio do anno de 1757 (AHU, Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 19, Doc. 3587).

O território percorrido e nomeado como Montes Altos foi descrito por sua cobertura florestal exuberante, incluindo áreas de caatingas grossas (florestas mais densas) e caatingas mansas (florestas mais baixas). A presença de madeiras mostrou-se fundamental para a atividade mineradora, pois não apenas fornecia a matéria necessária para os processos de refino do salitre, mas também materiais de construção e outros recursos essenciais no empreendimento nitroso (Accioli, 1845, p. 103). Foram identificadas 11 ocorrências de minas de salitre. Das quais, sete foram examinadas e delimitadas na planta topográfica da Serra dos Montes Altos (figura 01)

BY NC SA

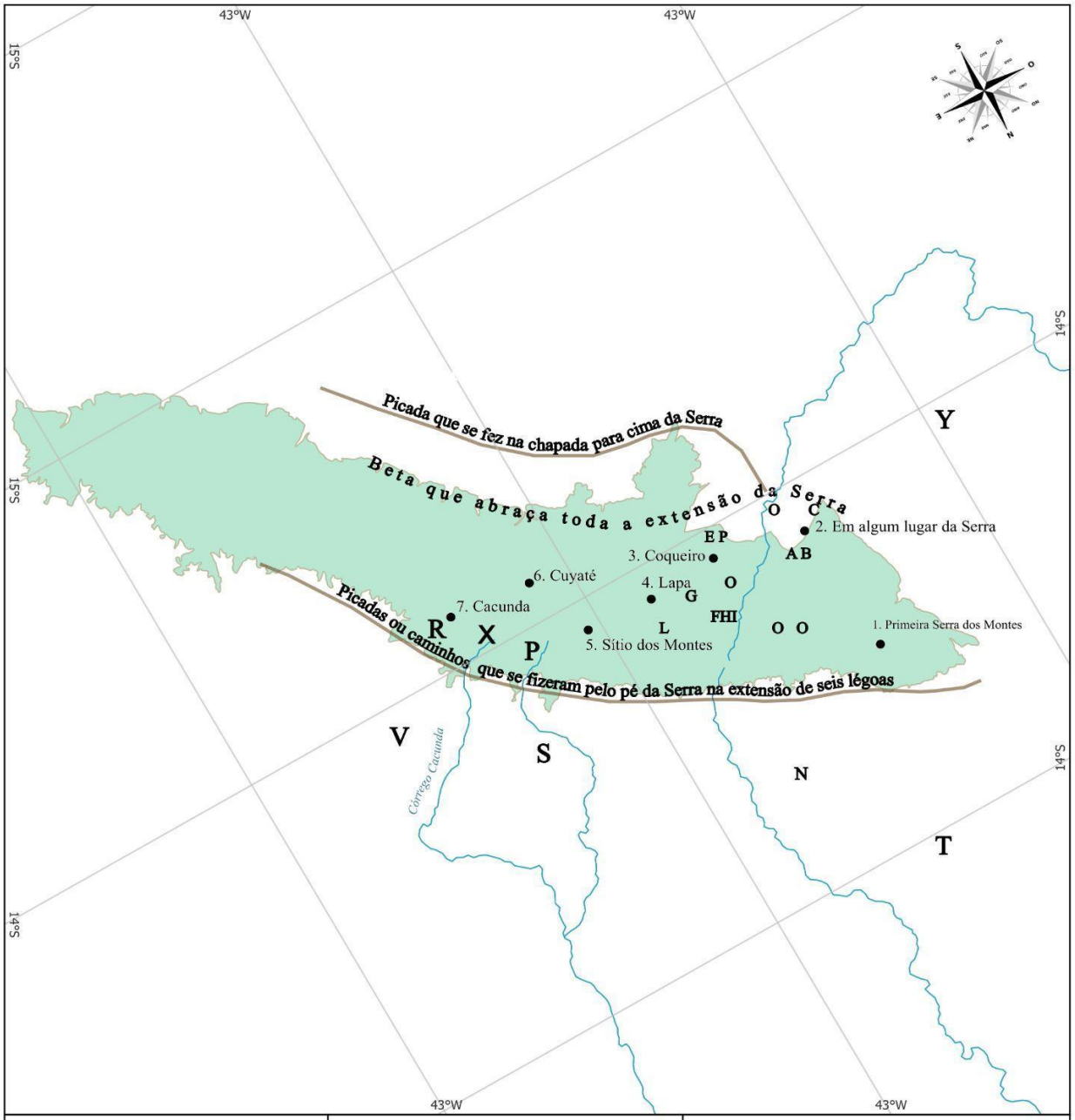
esboçada pelo comissário e engenheiro-mor Manuel Cardoso de Saldanha em colaboração com José Antônio Caldas. Nessas averiguações se extraíram dois surrões (sacos de couros) de salitre que foram remetidos à Lisboa para os estudos técnicos do mineral. Nas cartas enviadas juntamente às amostras, os comissários já asseguravam a abundância do mineral e afirmavam a possibilidade de erigir fábricas de salitre naquele território.

Figura 2: Planta topográfica e prospectos da Serra dos Montes Altos



Fonte: AHU. Nitrateira dos Montes Altos - Planta topographica e prospectos da Serra dos Montes Altos: que está em 16 graos e 25 minutos de latitud pa. o sul, e em 339 graos e 46 minutos de longitud, na qual se mostrão os lugares examinados pelos comisarios desta diligência pa. conhecimento do Salitre, q. há nela. Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301399>. Acesso em 12 de junho de 2024.

BY NC SA



Representação ilustrativa com base em:

AHU. SALDANHA, Manoel de Cardoso; CALDAS, José Antônio. Nitrateira dos Montes Altos - Planta topographica e prospectos da Serra dos Montes Altos: que está em 16 graos e 25 minutos de latitud pa. o sul, e em 339 graos e 46 minutos de longitud, na qual se mostrão os lugares examinados pelos comisarios desta diligência pa. conhecimento do Salitre, q. há nela. 1758.

LEGENDA:

- localização dos Exames
- Picada / Caminho
- Curso d'água
- Serra dos Montes Altos

1:250.000

0 5 10 km

Organização: GAMA, Mailson M. dos Santos.

Elaboração: SANTOS, Robson Gomes dos, 2024.

Fontes: Base Cartográfica IBGE, 2023.

Software: Qgis.

Sistema de Referência de Coordenadas: Sirgas 2000.

Fonte: Gama (2025)

CC BY NC SA

Explicação da planta:

Está em 16 graus e 25 minutos de latitude para o sul e em 339 graus e 46 minutos de longitude, na qual se mostram os lugares examinados pelos comissários desta diligência para o conhecimento do salitre que há nela. Toda esta serra é cortada e talhada nos lugares em que a mina do salitre se descobre naturalmente e tem morros de terra encostados por cuja razão faz a serra muitas voltas pela parte inferior. Está toda cheia de caatingas (é uma espécie de arvoredo mediado e intrincado) que dão lenha em abundância para as fábricas de salitre não só na serra, mas em toda a sua vizinhança e vertentes com águas notadas nos três lugares: Coqueiros, Cuiaté e Cacunda. A letra Z mostra o prospecto notado na planta com a linha de pontinhos. S, T e a letra Y mostra o prospecto notado na planta com a de linha pontinhos V, X.
No primeiro exame, foram extraídos 3 pés cúbicos de terra, que renderam 1 libra e 11 onças de salitre.
No segundo exame, no local identificado como A, 1 pé cúbico de terra rendeu 3 libras de salitre; em B, 2 pés cúbicos de terra renderam 9 libras; em C, 6 pés cúbicos de terra renderam 4 onças; e em D, 2 pés cúbicos de terra renderam 8 oitavas.

No terceiro exame, ao pé da jazida E, encontraram-se pedaços de salitre cristalizado misturados à terra, e a jazida continha grande quantidade de salitre em lâminas visíveis entremeadas em camadas de pisarão. Em uma mina escavada horizontalmente com 10 palmos de profundidade, 1 pé cúbico de pisarão da superfície rendeu 2 libras de salitre; 4 pés cúbicos de terra renderam 9 oitavas e meia; 1 pé cúbico rendeu 4 onças; 1 pé cúbico rendeu 1 libra; e a terra retirada no final da escarpa rendeu quase nada. A jazida E tem 100 palmos de largura e 600 palmos de comprimento.
No quarto exame, 6 pés e meio cúbicos de terra e meio pé cúbico de cascalho renderam 2 libras de salitre, enquanto 2 pés cúbicos de terra branca renderam 28 oitavas. Esta jazida possui cerca de um quarto de légua de comprimento e mais de 100 palmos de largura.

No quinto exame, não foi possível purificar salitre no trecho entre o local do quarto exame e o lugar chamado Cuiaté, numa distância de 3 léguas, apesar da abundância de salitre, devido à falta de água nessa extensão.

No sexto exame, a jazida, embora rica em salitre, não foi purificada. No entanto, 2 pés cúbicos de terra próxima à jazida renderam 3 libras de salitre. Esta jazida, identificada como M, possui mais de meia légua de comprimento e 200 palmos de largura.
No sétimo exame, meio pé cúbico de pisarão retirado da jazida rendeu 8 libras de salitre, enquanto 1 pé e meio cúbico de terra próxima rendeu 3 libras. Na planície N, ao pé do Ribeirão dos Coqueiros, a purificação da terra rendeu 1 libra e 1 onça de salitre.

Já nos pontos marcados como O, na planície próxima à serra, a terra purificada rendeu quase nada. Entre o segundo e o terceiro exame, observa-se um ribeirão que poderia abastecer uma fábrica, enquanto nos locais marcados como P há indícios de água. No Cuiaté, há um riacho constante, embora pequeno, próximo a outro riacho seco onde foram encontrados poços com água. No Cacunda, correspondente ao sétimo exame, existem dois riachos e uma fonte com pequena quantidade de água.

A *Planta topográfica e prospectos das serras dos Montes Altos* não é uma imagem estática dos ecossistemas nativos do território, mas uma ferramenta construída para orientar e direcionar uma série de expedientes e ações na utilização dos recursos naturais. A *Planta* aponta as minas de salitre, a localização das rochas, os aspectos geológicos e hidrográficos que cercavam o território das minas salitrosas e que poderiam ter relevância para o novo projeto do salitre (Gama, 2026). Ademais, a representação dos ribeirões, córregos e detalhes sobre a paisagem local levava a

CC BY NC SA

crer que o ambiente seria propício para a instalação de fábricas, conferindo credibilidade às expectativas de redução de custos relacionados à obtenção de água e lenha, insumos essenciais ao processo de purificação do mineral.

Além de descrever o meio biofísico a *Planta topográfica* operava como um instrumento de legitimação, demonstrando à Coroa o comprometimento dos agentes (Gama, 2026) que incluíam sertanistas, sargentos-mores e engenheiros-mores na execução de trabalhos práticos relacionados ao salitre (Ferraz, 2008, 848). Este esforço incluiu não apenas a edificação das fábricas onde o mineral era processado, mas também a elaboração de teorias e métodos para lidar com esse recurso socioecológico.

Por outro lado, a Serra dos Montes Altos apresentava uma localização geográfica estratégica com acesso aos caminhos para vários pontos da Capitania da Bahia, de Minas Gerais e Goiás. Havia ainda rotas fluviais com suprimentos de mercadorias que circulavam entre as regiões do São Francisco e adjacências (Miranda, 2018, p. 17), sendo possível fazer a condução do mineral pelo porto da Vila de Cachoeira até a Casa de Pólvora da Bahia, onde o salitre seria misturado com enxofre e carvão para ser transformado em pólvora negra.

A partir dos registros analisados, observa-se que a Fazenda Real realizou investimentos substanciais na exploração e nas diligências relacionadas ao salitre na Serra dos Montes Altos, especialmente em 1758. Ao longo das investigações diversos outros gastos foram detalhados, incluindo o pagamento de trabalhadores, aquisição de materiais e suprimentos para os escravos e operários, entre outras despesas pontuais. O total das despesas acumuladas durante os exames do salitre alcançou a cifra de 4:411$839 (mais de 4 contos), acrescida de 1.788.161 réis, que foram entregues ao tesoureiro-geral (AHU, Eduardo Castro e Almeida, Cx. 19, Doc. 3587).

Apesar desse considerável investimento, no princípio a iniciativa resultou em um retorno positivo para a Coroa, que em 1761 estabeleceu duas fábricas de salitre na Serra dos Montes Altos: uma no território denominado Coqueiro (exame 3) e outra no sítio conhecido como Cuyaté (exame 6). Ao mesmo tempo, chegava à Bahia uma carta para o Ministro do Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado na qual eram listados os instrumentos para o trabalho nas fábricas, indicações para a

BY NC SA

construção de armazéns além de informações sobre a chegada de funcionários régios como oficiais de carpintaria, pedreiros, caldeireiros, ferreiros que seriam os responsáveis para erigir as fábricas de refino de salitre (AHU, Bahia Avulsos, cx. 28, doc. 5437).

No complexo processo de instalação da fábrica, foram providos oficiais responsáveis pela logística do empreendimento. O sargento-mor Luiz Antônio de Almeida Pimentel foi nomeado como superintendente das minas de salitre, sendo responsável por toda a jurisdição das fábricas, como também da povoação erigida no sítio da serra dos Montes Altos (AHU, Bahia Avulsos, cx. 28, doc. 5437). Além dos postos militares, o funcionamento das fábricas dependia de uma série de profissionais especializados, como carpinteiros, pedreiros, caldeireiros e ferreiros, cujas habilidades eram essenciais para a construção, manutenção e operação das estruturas produtivas. No quadro 1, apresentamos uma relação detalhada dos oficiais das fábricas de salitre, suas funções e os valores dos soldos, evidenciando como cada ofício se integrava à economia e à logística da produção de salitre. Diferentemente do observado no final do século XVII e início do XVIII, chama atenção a menor visibilidade dos indígenas nas fontes, o que indica transformações nas formas de recrutamento e organização do trabalho nas atividades de exploração do salitre [7].

Quadro 1: Relação dos oficiais da fábrica de salitre nos Montes Altos (1761)

Oficiais	Cargo ou ocupação	Função na Fábrica	Soldo (moeda: réis)
Manoel Cardozo de Saldanha	Tenente Coronel	Liderança e supervisão do projeto salitroso, garantindo que as operações fossem conduzidas de acordo com as ordens da Coroa, assegurando o cumprimento das	50.000 réis/mês; soldo dobrado na serra; 500.000 réis com fiança.

[7] A menor presença de indígenas nas fontes também pode estar relacionada, às transformações promovidas pelas reformas pombalinas, especialmente com a legislação de 1755 e o Diretório dos Índios de 1757 que redefiniram juridicamente essas populações como vassalos livres da Coroa. Essa alteração pode ter contribuído para sua diluição das menções de indígenas nas classificações administrativas. Ademais, é possível que tenham ocorrido mudanças nas formas de mobilização da mão de obra, com menor recurso a indígenas aldeados e eventual incorporação de outros contingentes populacionais. Soma-se a isso a própria natureza da exploração do salitre na segunda metade do século XVIII, marcada por maior intervenção régia, pela organização de comissões técnicas e pelo emprego de funcionários especializados diretamente vinculados à administração colonial. Diferentemente das expedições do século XVII, que mobilizaram amplamente mão de obra indígena, os empreendimentos posteriores parecem ter privilegiado uma estrutura mais controlada e tecnicamente orientada o que pode ter reduzido a participação indígena ou, ao menos, sua visibilidade nos registros.

CC BY NC SA

		tarefas e a disciplina entre os oficiais e escravizados.	
Luiz Antônio de Almeida Pimentel	Superintendente das minas de salitre	Responsável por toda a jurisdição das fábricas e da nova povoação e atua como juiz conservador e almotacé.	26.000 réis/mês; soldo dobrado desde Lisboa.
Antônio Luiz de Almeida Pimentel	Ajudante da fábrica	Auxilia o superintendente, supervisiona o trabalho nas minas e nas fábricas, ensinando e dirigindo os escravos na extração e condução do salitre.	200.000 réis/ano
Manoel de Oliveira	Mestres refinadores	Responsável pelas técnicas de extração, purificação, averiguações e experimentos para garantir a qualidade e viabilidade do salitre.	1.000 réis por dia
Damião Antônio		Auxilia na extração e purificação do salitre, conduzindo exames do salitre nas fábricas.	900 réis por dia
Francisco da Cunha de Araújo	Capitão	Apoio logístico e supervisão das operações, cumprindo ordens do tenente-coronel e mantendo a disciplina entre os subordinados.	19.700 réis/mês; soldo dobrado na serra; 350.000 réis com fiança
Luiz Antônio da Rocha	Capelão	Administra os sacramentos e reza as missas na Capela de Nossa Senhora Madre de Deus	10 tostões/dia até a chegada; 200.000 réis/ano; 100.000 réis com fiança
João da Graça Correa	Tesoureiro	Registra receitas e despesas, gerencia os armazéns e faz os pagamentos aos trabalhadores das fábricas.	10 tostões/dia até a chegada; 300.000 réis/ano
Não identificado	Feitor da vila de Cachoeira	Recebe o salitre das fábricas e o remete para a Cidade da Bahia, mantendo registros detalhados das cargas e operações.	60 mil réis anuais
Não identificado	Boticário, cirurgião e sangrador	Cura os que trabalhavam nas fábricas, administrando remédios aos doentes.	12 tostões por dia até a chegada; 200.000 réis/ano
Manoel Joaquim	Escrivão	Mantém o inventário dos materiais e escravos, registra receitas e despesas, e auxilia o superintendente nas audiências e execuções.	10 tostões/dia até a chegada; 200.000 réis/ano; 50.000 réis com fiança
Manoel Antunes Lopes Leandro Pereira	Guardas	Responsáveis por manter a ordem, vigiar as entradas e saídas de pessoas, e garantir que os bens, como instrumentos e matérias-primas, não fossem roubados ou danificados.	500 réis/dia até a chegada; 100.000 réis/ano; 40.000 réis com fiança
Antônio Roiz Cardado	Mestre empreiteiro de alvenaria e carpintaria, fabricante de tijolo	Supervisiona a construção com seus seis escravos, incluindo a fabricação de tijolos e atividades de carpintaria e pedreira.	1.200 réis/dia até a chegada; 1.280 réis/dia depois; 200.000 réis com fiança
José Apolinário Soares	Mestre carpinteiro	Supervisiona a equipe de carpinteiros, coordenando a	1.200 réis/dia até a chegada; 800 réis/dia

CC BY NC SA

		construção e reparação das estruturas de madeira.	depois; 50.000 réis com fiança
Luiz Correa Franco Antônio Roiz José Francisco Bernardo Antônio	Oficiais de carpintaria	Trabalha em diversas atividades de carpintaria, ajudando na construção de estruturas e móveis.	10 tostões/dia até a chegada; 640 réis/dia depois; 50.000 réis com fiança
João Roiz Cardado Antônio Roiz de Cardado José Carlos Pereira de Aguiar Francisco Ferreira das Chagas (escravo do palácio)	Oficiais de pedraria	Participa na construção e manutenção das estruturas de pedra	10 tostões/dia até a chegada; 640 réis/dia depois; 50.000-70.000 réis com fiança
Manoel Vieirlão	Mestre Caldeireiro	Supervisiona a montagem da caldeiras, auxiliado por 12 escravos.	Pagamento de 250.000 réis e 80.000 réis com fiança
Antônio de Livramento	Mestre Ferreiro	Não identificado.	1.200 réis/dia até a chegada; 800 réis/dia depois; 50.000 réis com fiança
Manoel Francisco Lisboa	Mestre Pedreiro	Supervisiona e coordena as atividades de pedreiros, garantindo a qualidade das construções.	1.200 réis/dia até a chegada; 800 réis/dia depois; 50.000 réis com fiança
Manoel Nunes Pedro Soares Braz Antunes Manoel Soares de Affonia Antônio de Britto e Botado João Pedro de Freitas Simão Dias José Pedro	Oficiais de pedreiro	Auxilia na construção e manutenção das estruturas das fábricas de salitre.	10 tostões/dia até a chegada; 640 réis/dia depois; 50.000 réis com fiança
Francisco Santo João Alz. Lobo Márcio da Silva Pena			10 tostões/dia até a chegada; 640 réis/dia depois; 40.000 réis com fiança
Domingos da Costa	Oficial de pedreiro (escravo)		500 réis/dia até a chegada; 400 réis/dia depois; 20.000 réis com fiança
Januário José	Oficial supranumerário de carpinteiro	Auxilia o mestre carpinteiro e a equipe de carpinteiros em diversas tarefas.	10 tostões/dia até a chegada; 640 réis/dia depois a chegada.
José Jorge da cruz	Mestre canoeiro	Não identificado.	10 tostões/dia até a chegada; 640 réis/dia depois; 50.000 réis com fiança

CC BY NC SA

Fonte: AHU, Bahia Avulsos, Cx. 28, Doc. 5344, AHU, Bahia Avulsos, Cx. 147, D. 11297, BNRJ, Coleção Bahia. Seção de manuscritos, 1761, II - 34, 9, 49, N.º 6.

Em 1762 as fábricas já estavam erigidas; contudo, o superintendente relatavou que "não havia salitre" (AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 148, Doc. 11328), em contraste com os resultados obtidos pelos comissários anos antes. Essa divergência gerou conflitos internos no âmbito das fábricas e exigiu a intervenção do governo interino. Diante das denúncias e das ações precipitadas dos oficiais foi nomeado o desembargador João Gonzaga Bernardo para investigar a situação. Um ano após a instalação das fábricas, Gonzaga concluiu que as quantidades de salitre disponíveis na Serra dos Montes Altos eram insuficientes para justificar a operação em larga escala[8].

Ainda em 1763 apesar de o salitre ser um produto estratégico e de grande relevância para a soberania militar portuguesa, seu acesso e utilização permaneciam marcados por incertezas e dificuldades de prospecção e refino. Neste ano um ofício do governo interino enviado a Francisco Xavier de Mendonça informou o insucesso da fábrica de salitre dos Montes Altos e o regresso de todos os oficiais e operários que atuavam na região. Até então, haviam sido produzidas apenas 325 arrobas de salitre e o empreendimento foi suspenso devido aos prejuízos causados à Fazenda Real (AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 33, Doc. 6075).

> Por muitas, e diversas ocasiões temos escrito à V. Ex.ª, dando-lhe conta individual do desvanecimento da fábrica do salitre pela falta de mineral em abundância, que fizesse à conta a V. Mag. a respeito da avultada despesa da sua Real Fazenda com o estabelecimento, e continuação da mesma fábrica. Agora participamos certeza de ficar recolhido à esta cidade o Tenente Manoel Cardozo de Saldanha com todos os oficiais, e operários, que ainda estavam na serra dos Montes Altos, e tinham ido para o laboramento da fábrica; trazendo em sua companhia o cofre do cabedal, que restou das despesas, que se fizeram com o vencimento dos soldos, e jornais dos referidos oficiais, e operários (AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 33, 6205).

[8] Danielle Ramos analisa com minúcias de detalhes a devassa instaurada contra o superintendente da fábrica de salitre (Ramos,2026)

BY NC SA

Nos anos seguintes o salitre continuou a ser um tema recorrente nas comunicações entre os sertanistas e oficiais régios, embora, até o final do século XVIII, não se tenham verificados resultados efetivos de exploração. Em 1764 uma nova descoberta foi registrada nas Serras do Rio Verde Pequeno graças aos esforços de Antônio Gramacho Falcão e de dois mestiços (AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 36, Doc. 6789). Em 1782 João Gonçalves da Costa relatou ao desembargador João Ferreira e Sá a descoberta de uma provável mina de salitre em Camamu (AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 183, D. 13537). Já em 1787, o governador D. Rodrigo José de Menezes enviou um ofício a Martinho de Mello e Castro mencionando a existência e a abundância de salitre na Serra da Borracha, também na comarca de Jacobina (AHU, Bahia Eduardo Castro e Almeida, Cx. 66, Doc. 12564).

No final do século XVIII o salitre novamente voltou à tona através de cartas e provisões trocadas entre o Conselho Ultramarino e autoridades coloniais da América portuguesa, com a Coroa reiterando a relevância da exploração do salitre para o império português, ordenando que fossem feitas indagações sobre a existência de jazidas de salitre economicamente aproveitáveis (Pereira, 2014, 508). Esse movimento de prospecção de nitreiras ocorreu juntamente com o movimento concernente ao projeto científico e político-econômico centrado na escrita da 'História Natural das Colônias'.

No âmbito do Império Português a cultura científica ocidental esteve alinhada com as políticas e práticas promovidas por uma monarquia pluricontinental, projetada em escala global, na qual as periferias mantinham interações complexas com o centro decisório no reino. Na capitania da Bahia entre 1799 e 1808, José Bittencourt de Sá e Aciolli foi nomeado e encarregado de realizar as explorações mineralógicas e inspeção da mineração de salitre (AHU, Bahia Avulsos, cx. 213, doc. 15016).

As viagens executadas por esse oficial régio desempenharam um papel crucial na transformação das técnicas de produção do salitre, impactando não apenas os métodos de mineração, mas também a própria concepção teórica e científica em torno do mineral. Accioli (1845) propôs a exploração de salitre por meio de nitreiras

CC BY NC SA

artificiais, baseadas em processos de extração, lixiviação, cristalização e purificação do nitrato de potássio.

A mineração de salitre no século XVIII foi realizada através de dois métodos principais de produção: em nitreiras naturais e nitreiras artificiais. Nas nitreiras naturais retirava-se da terra somente o salitre (Ferraz, 2008,p. 845). Nas nitreiras artificiais buscava-se simular as condições existentes nas nitreiras naturais, possibilitando a produção do salitre em terras onde o mineral não ocorria naturalmente (Gandolfi; Figuerôa, 2014, 282). Dessa forma, tornava-se necessário fazer a extração do mineral e sua subsequente purificação através dos processos de lixiviação, evaporação e cristalização, obtendo assim o salitre bruto. Esse salitre da primeira cozida ainda não possuía o grau de pureza necessário para se empregar nas operações e fabricação da pólvora negra. Sendo assim, tornava-se necessário repetir por várias vezes os processos de refinação do salitre utilizando-se menos água que a primeira vez, visto que "o salitre ideal para o fabrico da pólvora deveria ser puro, sem a presença de nitratos e muriatos de terra e soda" (Dumas, 1845, p. 259). Por outro lado, é importante destacar que a exploração de salitre nos sertões baianos buscava somente fazer o refino do mineral o qual ainda deveria ser transportado para a casa de pólvora da Bahia.

Uma característica marcante nas técnicas de mineração de salitre era a relação ambígua com a água: ao mesmo tempo que os períodos de chuvas intensas limitavam a prospecção, transporte e os estudos sobre o mineral, atente-se que a disponibilidade de água era um recurso essencial nos processos de purificação do salitre. A presença marcante de córregos e riachos próximos às Serra dos Montes Altos, possibilitaram e tornaram possível realizar os processos de refino do salitre. No entanto, não era incomum enfrentar desafios relacionados à qualidade e disponibilidade de água na atividade mineradora que envolvia o salitre.

Essa tensão pode ser ilustrada pelos estudos realizados pelo naturalista João da Silva Feijó em 1798, na Capitania do Ceará. Ele foi encarregado de inspecionar a mineração de salitre na área conhecida como Tatajuba, ocasião na qual sugeriu uma solução peculiar, que consistia em transportar o minério em estado bruto até a vila de Fortaleza. A razão para essa abordagem era simples: não havia acesso à água de

CC BY NC SA

boa qualidade na região, tornando impossível purificar o minério antes de enviá-lo para o arsenal real (Silva; Cavalcanti, 2021, p. 394). Feijó teve que adaptar suas estratégias às limitações impostas pelo ambiente local, evidenciando a complexa interação entre os recursos naturais, a geografia, as técnicas de mineração e a mão de obra disponível na região.

A disponibilidade de madeira também desempenhou um papel essencial nos processos de beneficiamento do salitre. As árvores forneciam a matéria-prima necessária para a produção de lenha, que era um recurso crucial nas operações de mineração. A lenha era utilizada para alimentar as caldeiras, onde o salitre era fervido e posteriormente cristalizado, formando o salitre bruto em cristais. Ao explorar a Serra dos Montes Altos, o naturalista Accioli observou a abundância de árvores, as quais eram adequadas para a produção de lenha, bem como outras madeiras valiosas para construção, como paus pretos, paus d' arco, cedros e tamborins, além de aroeiras (Accioli, 1845, p. 103).

Dessa forma as iniciativas científicas voltadas ao salitre reiteraram a importância estratégica desse mineral a nível imperial, demonstrando que no final do século XVIII as dificuldades inerentes à gestão desse recurso socioecológico ainda estavam sendo discutidas e aperfeiçoadas. Essas expedições evidenciam a busca do Império Português por autossuficiência bélica ao longo de toda a modernidade, mesmo que frequentemente obstaculizada por desafios logísticos e falta de garantia econômica, revelando, assim, os limites práticos das ambições imperiais frente às condições naturais e sociais dos territórios coloniais.

Considerações finais

O estudo do salitre como recurso socioecológico na Idade Moderna revela sua importância estratégica e multifacetada, refletindo uma complexa interação entre fatores políticos, econômicos, sociais e ambientais. Durante os séculos XVII e XVIII esse insumo essencial à produção de pólvora foi fundamental para as estruturas militares das monarquias europeias. A busca por autonomia produtiva, a redução da

CC BY NC SA

dependência de importações estrangeiras e a valorização de bens naturais locais mobilizaram diversas iniciativas voltadas à sua prospecção e beneficiamento.

As explorações de salitre contribuem, assim, para a compreensão das dinâmicas da história ambiental e social, ao evidenciar tentativas de aproveitamento inseridas em conjunturas específicas e articuladas aos interesses globais do Império português. Nos sertões da Capitania da Bahia, tais empreitadas destacaram-se tanto por sua relevância militar quanto por seu potencial econômico, ao mesmo tempo em que expuseram os desafios inerentes à gestão de bens naturais em contextos coloniais.

A administração régia, as estratégias dos agentes coloniais, as competências técnicas mobilizadas e as condições ambientais locais configuraram as formas de exploração do salitre. As complexas interações entre sociedade e natureza resultaram em limitações produtivas na América portuguesa, mas também evidenciaram como esse mineral deixava de ser uma substância inerte para assumir um papel ativo na organização das práticas sociais. Nesse sentido, o estudo do salitre na Capitania da Bahia demonstra que as propriedades mineralógicas do salitre e as condições ambientais não constituíam meros dados naturais, mas elementos que condicionaram práticas coloniais. Ao articular dimensões técnicas, sociais e políticas, o salitre inseriu-se em um campo mais amplo de disputas e estratégias imperiais, revelando os limites e tensões da exploração dos bens naturais. Sua exploração, por fim, indica que as formas de apropriação variaram conforme diferentes contextos históricos, contribuindo para uma compreensão mais ampla das relações entre sociedade, natureza e poder no mundo moderno.

Referências

Fontes primárias

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)
Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía. Doc. 47 – f. 24v-25.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)
AHU, Bahia. Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 19, Doc. 3587.
AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 20, Doc. 3710.
AHU, Bahia. Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 28, Doc. 5346.
AHU, Bahia Avulsos, Cx. 64, Doc. 5457.

CC BY NC SA

AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 33, Doc. 6075.
AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx.33, Doc. 6084.
AHU, Bahia. Eduardo Castro e Almeida, Cx. 36, Doc. 6789.
AHU, Bahia. Avulsos, Cx. 135, Doc. 10452.
AHU, Bahia. Avulsos, Cx. 213, Doc. 15044.
AHU, Bahia. Avulsos, Cx. 213, Doc. 15046.
AHU, Bahia. Eduardo de Castro e Almeida, Cx. 105, Doc. 20507.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)
Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, lv. 15, fl. 314.

Documentos impressos

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondência dos Governadores Gerais (1705-1711). Vol. XL, 1938.
BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Códice I. Cap. 29, volume XLII, 1938.
BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Provisões, Patentes, Alvarás (1650-1693). Vol. XXXI, 1936.
BNRJ. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Consulta do Conselho Ultramarino (1673-1683). Vol. LXXXVIII, 1950.
BNRJ. Memória extrahida do Tratado de chimica aplicada as Artes por M. Dumas, para servir de Dicectorio na cala das Nitreiras naturaes, construção das Nitreiras artificiaes, extração, manipulação e purificação do salitre, nitro, ou nitrato de potassa; publicada por ordem do Ministerio da Guerra. O Auxiliador da Indústria Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. n. 8, 1845.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)
ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. Sobre os meios econômicos de realizar a extração do salitre nos Montes Altos. RIHGB, ano 163, n°416, pag. 309-316, jul./set. de 2002.

ACCIOLI, José de Sá Bittencourt. Memória sobre a viagem do terreno nitroso dos Montes-Altos. O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro, v. 3-4, 1845.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ACCIOLI, Ignácio de Cerqueira e Silva. *Memórias Históricas e políticas da província da Bahia*. Anotado por Braz do Amaral. Bahia: Imprensa oficial do Estado.Vol. 2., 1925

ANTONY, Philomena Sequeira. *Relações intracoloniais: Goa-Bahia: 1675-1825*. Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG: Brasília, 2013.

BEZERRA, Naira Maria Mota. *Reformar o governo, conservar o império: economia política e administração. Angola, Bahia e Rio de Janeiro (1750-1777)*. Tese (Doutorado

BY NC SA

em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2023.

CABRAL, Diogo de Carvalho. No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 31, 2014.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na Presença da Floresta: Mata Atlântica e História Colonial*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.

CALMON, Pedro. *O segredo das minas de Prata. Novos aspectos da conquista da terra*. Tese apresentada à douta Congregação do Colégio Pedro II. 1950. Tese – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza Política das minas: mineração, meio ambiente e sociedade no século XVIII*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

CARDIM, Pedro. "Os povos indígenas, a dominação colonial e as instâncias de justiça na América Portuguesa e Espanhola." In: DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro (orgs.). *Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa; CHAM – Centro de Humanidades; PPGH/UFSJ, 2019. p. 29-84.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. *O Sertão e o Império*: As vilas do ouro na capitania da Bahia - Século XVIII. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeir, 2018.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. "A trajetória de Pedro Barbosa Leal e as redes de conquistas no sertão da capitania da Bahia, 1690-1730." Revista Maracanan, Rio de Janeiro, Brasil, n. 25, p. 74–102, 2020. DOI: 10.12957/revmar.2020.50406. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/50406. Acesso em: 21 maio. 2026.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. "A agência sertanista e a produção de uma gramática política das conquistas nas fronteiras da América portuguesa, século XVIII." In: GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; MELO, Isabele de Mattos Pereira de; *Brasil, África e Ásia na monarquia portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 1.ed. - Rio de Janeiro, Mauad X, p. 409-428, 2024.

CONCEIÇÃO, Gisele. *Natureza ilustrada: processos de construção e circulação de conhecimento Filosófico-Natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. 1. ed., Porto, FLUP-CITCEM, v. 1, 2019.

COSTA, Afonso. *Guedes de Brito, o povoador*. Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia. Vol. XXXII, Bahia, 1952.

CRESSY, David. *Saltpeter: the mother of gunpowder*. Oxford University Press, 2013.

BY NC SA

CRESSY, David. Saltpetre, state security and vexation in early modern England. *Past & Present*, v. 212, n. 1, 2011.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. 1. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2004

DOHONEY, Justin Niermeir. "Rusticall chymistry": Alchemy, saltpeter projects, and experimental fertilizers in seventeenth-century English agriculture. *Hist Sci*, 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Estrutura Fundiária e dinâmica mercantil*: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2005.

FARIA, Luciano Emerich. *Mineralogistas e seus estudos sobre os minerais úteis nas Minas Gerais dos períodos colonial e imperial*. Tese (Doutorado em Química) - Departamento de Química, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2019.

FARIA, Luciano Emerich; FILGUEIRAS, Carlos A. L. Salitre: o produto químico estratégico no passado do Brasil. *Quim. Nova*, Vol. 44, No. 4, 2021.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A produção do salitre no Brasil colonial. *Química Nova,* vol. 31, No.6, 845 – 850, 2008.

GAMA, Mailson Moreira dos Santos Gama. *Economia socioecológica da exploração de salitre nos sertões da Capitania da Bahia (1670-1808)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas - BA, 2025.

GAMA, Mailson Moreira dos Santos Gama. *"Naquela serra há salitre em abundância":* uma análise da planta topográfica e dos prospectos da Serra dos Montes Altos (1758). No prelo, 2026.

GANDOLFI, Haira Emanuela; FIGUIERÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. As nitreiras no Brasil dos séculos XVIII e XIX: uma abordagem histórica no ensino de ciências. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 279-297, jul | dez 2014.

GONÇALVES, Izabella Gomes. *A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)*. 2010. Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2010.

GUIMARÃES, Carlos Magno; FERNANDES DE MORAIS, Camila. Mineração, degradação ambiental e arqueologia: Minas Gerais, Brasil século XVIII. *Memoria americana*, v. 26, n. 2, 2018.

CC BY NC SA

JESUS, Roger Lee Pessoa de. *A governação do "Estado da Índia" por D. João de Castro (1545-1548) na estratégia imperial de D. João III*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2021.

MASCARENHAS, José Manuel de. Portuguese overseas gunpowder factories, in particular those of Goa (India) and Rio de Janeiro (Brazil). In: BUCHANAN, Brenda J. (Org.). *Gunpowder, Explosives and the State: A Technological History*. Burlington: Ashgate Pub Co, 2006.

MELO, Vanice Siqueira de. "O rio como espaço de disputa: a política de ocupação portuguesa no Guaporé (1740-1770)". *Fronteras de la historia*. Vol. 29, n.° 2., p. 118-139, 2024.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *"Em diligência de se libertar": alforria, família escrava e tráfico interprovincial no Alto Sertão da Bahia - Termo de Monte Alto (1810 - 1888).* Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

LEEF, Enrique. Construindo a História ambiental da América Latina. *Esboços*, Florianópolis, v.13, pp. 11-30, 2005.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira. "Basta olhar para o mapa": cartografia e história ambiental nas disputas pelo rio São Francisco em meados do século XIX. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, v. 5, n. 1, 2015.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Zahar, 2002.

PANDEY, Anil Kumar. A Historical Study of Saltpeter Trade of Bihar. University Grants Commission, *New Delhi Recognized Journal*, v. VI, n. 41311, 2018.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista de História*, n. 129-131, 1994

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: a política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 15, p. 498-526, 2014.

PEREIRA, Fabrício Luiz. *A razão de ser este país uma criação nova: territorialização e fronteiras nas Minas Novas do Araçuaí (1727-1757).* Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2026.

PERES, Damião. Um capítulo da história econômica bahiana e sua integração na vida política luso-brasileira de setecentos: A exploração de salitre no Monte Alto. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 77, 1952.

CC BY NC SA

PIVA, Teresa C. C. FILGUEIRAS, Carlos A. L. O fabrico e uso da pólvora no Brasil Colonial: o papel de alpoim na primeira metade do século XVIII. *Quim. Nova*, Vol. 31, No. 4, 2008.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Companhia das Letras, 2011.

PRAKASH, Omar Chouhan. *A Companhia Holandesa das Índias Orientais e a Economia de Bengala, 1630-1720*. Imprensa da Universidade de Princeton. 1988.

QUINTELA, António de Carvalho *et al. A fábrica de pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos*. Oieras: Portugal, 1995.

RAMOS, Danielle da Silva. *O minério nitroso na Serra dos Montes Altos e as conexões com o Império Ultramarino (1707-1808).* Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2026.

REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. *Afro-Ásia*, n. 15, p. 100-126, 1992.

RODRIGUES, Williane. *Governando a periferia: uma discussão sobre o poder local em Minas Novas do Araçuaí.* (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Jacobina (BA), 2020.

SCHWARTZ,Stuart B. *Segredos internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial.São Paulo: Cia das Letras,1995.

SANTOS, Solon Natalicio Araújo de. *Conquista e resistência dos Payayá no Sertão das Jacobinas: Tapuias, tupi, colonos e missionários (1651-1706).* Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e fronteiras: conquista e ocupação do Sertão baiano.* São Paulo: Edusp, 2017.

SILVA, Marilda Santana da. CAVALCANTI, José Adilson Dias. Ciências naturais, história e os recursos minerais no Ceará colonial (1750-1822). *Revista de Pesquisa Histórica - CLIO* (Recife. Online), vol. 39, Jan-Jun, 2021.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

Recebido em: 21/10/2025.

Aprovado em: 29/05/2026.